

FERNANDO DE NORONHA

Cel. Av. LYSIAS RODRIGUES

I

PROVAVEL FORMAÇÃO GEOLÓGICA DO ARQUIPÉLAGO

Quem estuda a fisionomia geral do orbe terráqueo, ao enfrentar o problema do continente americano não pode fixar como nos outros continentes, com um só golpe de vista, suas linhas gerais características, linhas que dão no conjunto a fisionomia geral, e consequentemente, a marcha de sua evolução.

A primeira impressão que se tem, ao analisar este continente, é essa gigantesca cadeia de montanhas que orla sua parte ocidental, e que, por assim dizer, une a parte setentrional à meridional.

Por outro lado, sabemos, pois que os mais eminentes geólogos o afirmam categoricamente, que as terras do continente americano, particularmente as do planalto central brasileiro, são das mais antigas que se conhece.

No entanto, o estudo feito da cadeia de montanhas que orla o continente americano a oeste, cadeia que se estende de Alaska ao Cabo Horn, nos revela que sua formação é de origem recente, datando no máximo da era terciária. Comprovação disso é a teoria construída pelo sábio Von Ihering, baseado no estudo da flora marinha, que estatue a existência, antes da era terciária, de dois continentes isolados no lugar onde é hoje a América.

O continente norte abrangia os terrenos do Canadá de hoje e seus prolongamentos meridionais, e se estendia até à Europa atual; o continente sul, por sua vez, englobava o maciço central do Brasil prolongando-se até o plateau indo-africano. Entre os dois continentes, emergia a ilha das Guianas, com o seu provavel prolongamento oriental: A Atlântida.

O período terciário foi marcado por movimentos telúricos violentíssimos de amplitude descomunal, que deram ao mundo o aspecto geral que ele hoje tem.. Foi uma transformação radical no aspecto físico, com a submersão de vários tratos de terra enormes, com a emersão de continentes, criação de oceanos e supressão de outros, alteração do regime dos ventos e do próprio clima, à força de erupções vulcânicas violentíssimas, maremotos terríveis, tremores de terra espantosos e tempestades tremendas.

O homem, que já existia na época terciária, conforme Lund e Ameghino já o provaram, nos legou o relato de alguns desses extraordinários acontecimentos.

Conta-nos o "Popol Vuh", o livro sagrado dos Quichúes, povo de alta antiguidade, a catástrofe espantosa que foi a submersão do continente Atlântida em três dias e três noites inolvidáveis.

O "Código Troano", estudado a fundo pelo cônego Brasseur de Bourbourg e traduzido por Le Plongeon, essa bíblia dos Mayas, outro povo cuja história se perde na noite dos tempos, por sua vez nos relata o cataclisma assombroso que foi o desaparecimento do continente de Mú, chegando mesmo a fixar a data desse acontecimento em 8.600 anos antes de ser escrito o livro, graças à tradição oral fielmente guardada. Foi durante esta convulsão da Terra que os Andes e o resto dessa cadeia de montanhas se levantaram.

Darwin, o grande sábio, quando fazia a volta ao mundo na corveta "Beagle" fixou o que ele imaginava ter sido o espetáculo do levantamento dos Andes. Raimundo de Moraes, o brilhante autor de "O país das Pedras Verdes", assim comenta:

"Darwin imprime tal vibratibilidade à narrativa, tal colorido à frase, que parece um rapsodo contando o susto que lhe causára a música selvagem de milhares de pedras rolando no lençol das águas.

Tão vivo é o seu poder descritivo que se ouve o ruído dos penhascos a se chocarem e a se quebrarem no torvelinho da caudal que se espada na montanha abaixo, e, se diferencia o ruído das águas a cobrir o barulho dos penedos, o tumulto dos seixos e dos blócos, tremendo e roçando uns nos outros; distingue-se a avalanche rocho

sa na voragem espumante, precipitando-se na ladeira fatal como um turbilhão de pedras que enlouqueceram subitamente”.

Ao levantarem-se os Andes, ao submergirem-se continentes, ao abrir-se a calha do Amazonas, ao emergirem as terras para darem a configuração que a América tem hoje, na cacofonia tumultuosa dessa era de renovação, foi que aflorou e surgiu das águas do Oceano Atlântico, por levantamento submarino, o arquipélago que depois se chamaria *Fernando de Noronha!*

Depois, o equilíbrio pouco a pouco se restabeleceu. Os oceanos acalmaram-se. Tudo serenou. Estabilizados os continentes e os oceanos, tudo retomou o ritmo regular de evolução normal.

E *Fernando de Noronha* enfeitou-se de árvores e flores para ingressar na História:

DOAÇÃO

Tendo, em 1503, uma náu de Fernão de Noronha chegado ao arquipélago, solicitou ele ao rei D. Manoel, de Portugal, lhe fosse o mesmo doado, por ter sido seu descobridor. No Diário da Armada”, de Martim Afonso de Souza, encontra-se cópia da ata de doação, da qual consta:

“Dom Manoel, por graça de Deus rei de Portugal e Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor de Guiné e da conquista navegaçam e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que avendo nós Respeito aos serviços que fernam de lronha cavaleiro de nossa casa nos tem feitos e esperamos ao diante dele receber e querendo-lhe por isso fazer graça e mercê.

Temos por bem e nos praz que vindo a se povoar em algum tempo a nossa ilha de Sam Joam que ele ora novamente achou e descobriu 50 legoas alamar da nossa terra de Santa Cruz lhe darmos e fazermos mercê, etc., dada a nossa cidade de lisboa desses seis dias de Janeiro Francisco de Matos a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e quatro”.

Por causa desta ata tem havido enorme celeuma entre os historiadores.

Houve quem procurasse achar a significação do “novamente achou e descobriu” dizendo que na época, o termo NOVAMENTE era usado na acepção de recentemente. Outros, alegando as dificuldades da navegação nesses tempos, acham que não seria demais usar dessa expressão, tendo ido Fernam de Loronha segunda vez à ilha. Ainda outros, atribuíam à esta doação da ilha, intensão de ridicularizar Fernam de Loronha, por ser um comerciante judeu, desconhecido de navegação, pouco antes ingressado no cristianismo. Nada disso é aceitavel. Quando D. Manoel recebeu a notícia do descobrimento da ilha e o pedido de doação da mesma por Fernam de Loronha, é óbvio, que fez consultar a Tesouraria Real, onde se achavam guardados os documentos referentes às descobertas marítimas, afim de verificar se tal ilha não houvera sido descoberta e doada anteriormente a outra pessoa. Comezinho gesto de bom senso, que só podia ser praxe de há muito adotada.

Diz Ribeiro de Carvalho:

“Mapas, portulanos, cartas, roteiros, livros de bordo, memórias, relatórios de pilotos, etc., tudo era guardado com o maior segredo na Tesouraria do Rei, onde raros penetravam. Eram segredos de Estado”.

É claro que estava registrada sua descoberta, e tanto é assim, que D. Manoel a chama pelo nome com que fora batizada: “a nossa ilha de Sam Joam”. Doou-a a Fernam de Loronha, ou porque pertencesse ainda ao rei, ou porque seus proprietários já houvessem falecido sem deixar descendentes, revertendo à coroa a doação. Senão, como explicar esse nome de “Ilha de Sam Joam”?...

Varnhagem dá como explicação a possibilidade de ter Fernam de Loronha descoberto a ilha no dia 24 de Junho, data em que se comemora o onomástico de S. João.

Mas, se nem sequer há provas de ter vindo Fernam de Loronha pessoalmente ao arquipélago, porque fazer suposições sem bases?...

Mas, quem o teria descoberto?... Quando?

É o que vamos tentar esclarecer aqui, apresentando o resultado de nossas pesquisas sobre o assunto.

A DESCOBERTA

Se a D. Diniz, "o grande", cabe o preparo dos navegadores e da esquadra para a conquista dos mares, com que sonhava, a D. Afonso IV, "o bravo", cabe indubitavelmente a primasia de ordenar as primeiras explorações do "mar ociano".

As tentativas iniciais foram infelizes, mas, conta-nos Assis Cintra ("Na Margem da História") que consta no "Arquivo Reservado do Vaticano" livro 138, fls. 148 e 149 os seguintes documentos:

"Um dia aportou em Lisboa um dos capitães — Sancho Brandão. Desgarrando-se no mar do ocidente, castigado pela tempestade, e impellido por uma corrente misteriosa, o capitão Sancho alfim abordava uma terra magnifica, habitada por homens nus, opulenta em árvores de tinta vermelha. Tentara contorná-la, navegando para o norte. Não pôde, porem, descobrir "outras ilhas". Carregando consigo alguns homens e algumas produções da terra, Sancho Brandão e seus bravos marinheiros velejaram para Portugal, anciosos para incrustarem na coroa portuguesa a glória do primeiro descobrimento nos mares do Ocidente. Orgulhoso pela vitória conseguida e grato ao valente marujo que lhe dera uma terra nova, Affonso IV batizou a grande terra do pau vermelho com o nome de "Ilha do Brasil".

A 12 de Fevereiro de 1343, como era de praxe, comunicou ao papa Clemente VI o auspicioso acontecimento, em carta escrita de Montemor-o Novo. E assim se expressou:

"Diremos reverentemente a Vossa Santidade que os nossos naturais foram os primeros que acharam as mencionadas "ilhas do continente"... — Dirigimos para ali os olhos do nosso entendimento, e, desejando pôr em execução o nosso intento, mandamos as nossas gentes e algumas náos, para explorarem a qualidade da terra, as

quais, abordando as ditas ilhas se apoderaram; por força, de homens, animais e outras cousas e as trouxeram com grande prazer aos nossos reinos”.

Anexa à carta achava-se um mapa da região descoberta, e nele a inscrição: Insula de Brasil.

Se atentarmos para o fato de que a corrente marítima do Atlântico Sul, vem bordejar o arquipélago de Fernando de Noronha, e só algumas dezenas de milhas adiante, para noroeste, é que ela se bifurca, poderíamos ser levados a crer que Sancho Brandão ao descobrir “outras ilhas do continente” houvesse também descoberto Fernando de Noronha. Não é para se meditar longamente esta frase: “outras ilhas do Continente ? !

Mas, prossigamos. As explorações encetadas em 1343, continuaram até 1375, e constam de diversos mapas antigos: o de Ranulf Nyggeden, de 1360, o de Nicoláo Zeno, de 1380, e principalmente naquele mandado copiar por um cartógrafo maiorquino, em Portugal, em 1375, pelo rei de França, Carlos V, devidamente autorizado, e que hoje faz parte da coleção da Biblioteca Nacional de Paris, (III, 132, SXVI).

Cessaram a partir de 1375 estas explorações ? Não o sabemos. O facto é que, só em 1431 se inicia de novo a exploração do “mar ociano”, porem, desta vez de modo seguro, contínuo.

Quando Gonçalo Velho, em 1431, a instâncias do infante D. Henrique de Portugal, meteu a proa de sua caravela Atlântico a dentro rumo a oeste, iniciava sem o saber a era das descobertas marítimas sistemáticas do ocidente, e começava a epopéia grandiosa que a gente portuguesa soube escrever com letras de ouro.

Para se avaliar o vulto desse movimento nessa época, basta e é suficiente a indicação de que, de 1431 a 1446, saíram de Sagres mais de 50 caravelas para explorarem o “mar tenebroso”.

A quase totalidade desses ousados navegadores trouxe notícias de descobertas, tanto na costa da África, como no “Mar Ociano”, e até nas “terras ao poente”, isto é na América.

Duarte Galvão, no seu “TRATADO DOS DESCOBRIMENTOS”, nos diz que, “nesse tempo foram terras e ilhas descobertas, de que já não há memória”, tais e tantas eram elas.

O Padre Vidal de La Blache ("La Terre") afirma:

"É assim que, a partir do momento em que descobriram os Açores, os portugueses... tentaram expedições para o oeste do Atlântico".

Rocha Pombo, com sua autoridade indiscutível ("História do Brasil") diz:

"O que é preciso notar com insistência, porque é de justiça, é que desde os primeiros tempos daquele movimento marítimo, os portugueses invadiram a vastidão do Atlântico".

Pode-se dizer que depois do impulso que a Escola de Sagres dera àquela obra gigantesca, não se passou mais um ano, até ao século XVI, sem que de Portugal partissem expedições para todos os mares da terra.

João de Barros, o grande historiador português que todos nós conhecemos, declara estar certo de que "no tempo do infante D. Henrique, os nossos navegadores fizeram mais descobertas do que as mencionadas nas crônicas".

Como confirmação dessa sua afirmação, cita o depoimento de um piloto português, que navegando para o oeste do Atlântico, chegou em 1521 com a sua caravela "a uma ilha fértil e deshabitada, a uns dois graus da latitude austral, ilha essa na ocasião batisada de S. Mateus, onde numa árvore se achava gravado que portugueses por lá tinham passado em 1438".

Diz mais. "O ato não é inverosímil, se para explicar a longa ignorância desta descoberta admitirmos que os descobridores não lograram regressar ao reino. Para localizar a ilha, observo que nenhuma há no Atlântico austral cuja latitude se aproxime mais de dois graus do que a brasileira de Fernando de Noronha, e como esta é a mais avançada a leste da América do Sul, e portanto, logo ocorre identificá-la como São Mateus".

Ora, João de Barros é um nome de respeito; Duarte Leite, — "hoje citado por todos os grandes historiadores americanistas, e reputado entre os mais lúcidos investigadores dos descobrimentos dos

séculos XV e XVI", no dizer de João de Canali ("Américo Vespuccio"), é quem o chama de "historiador circumspecto".

Sua afirmação tem um alto valor, razão pela qual aceitamos como absolutamente certa sua palavra, e como sendo 1498 o ano do descobrimento do arquipélago de FERNANDO DE NORONHA.

Mas, há mais, além do testemunho de João de Barros. Em 1448, o cartógrafo veneziano André Bianco, indo para a Inglaterra escalou no Algarve, onde lhe foram fornecidos muitos dados sobre as descobertas dos navegantes portugueses. André Bianco, imediatamente incluiu-as no mapa que estava fazendo, mapa esse que só terminou na Inglaterra.

Nele vamos encontrar uma ilha anotada curiosamente: "ilha autêntica a 1.500 milhas ao poente". A posição dada a esta ilha, seria a que compete ao Cabo de São Roque; ora, nenhuma outra ilha pode-se confundir em posição com Fernando de Noronha, e os erros das distâncias nos mapas, até muito mais tarde, eram até escandalosos.

Por isso João de Barros comentando este mapa disse:

"Se a ilha foi realmente avistada, talvez seja a de Fernando de Noronha, a umas 60 léguas a nordeste do citado cabo... Aliás é inacreditavel que a "autêntica" não tivesse sido revistada antes de 1.501, quando a descobriu Fernão de Noronha".

A indicação "autêntica" queria frisar, que não havia miragem, e que de fato foi constatada sua existência.

Juan de la Cosa, outro cartógrafo que deixou nome, no seu mapa de 1.500, que podemos encontrar na nossa Biblioteca Nacional, no Periplus de Nordenskiöld (Plancha XLIII), já trás a ilha Fernando de Noronha em sua posição quase exata, e com uma configuração bem próxima da verdade, o que justifica as palavras de João de Barros, quando diz que "é inacreditavel que ela não tivesse sido revisitada antes de 1501".

Juan de la Cosa deve ter tido informações precisas da forma e da posição da ilha antes da confecção do mapa. Quem as teria dado? A carta do rei Afonso IV ao papa Clemente VI e a descoberta da

ilha FERNANDO DE NORONHA em 1438, mostram à evidência que os portugueses desde então conheciam terras da América. E prova cabal é, a bula baixada pelo Papa Nicoláo V, a pedido do rei de Portugal, em 1454, que adjudicava a este reino as terras e ilhas a loeste, no Mar Ociano. Era uma bula de proteção ao segredo das descobertas.

A bula de Alexandre VI, de 1493, não foi mais que mera ratificação da de Nicoláo V. Vamos ver porque!

AUMENTO DA NAVEGAÇÃO PARA O ATLÂNTICO SUL

Vimos como a navegação para o Atlântico Sul aumentou grandemente desde o reinado de Afonso V, de Portugal; desde 1470 havia intensa navegação para a América do Sul por causa do pau brasil, de portugueses e de navegantes de outros países que faziam o contrabando; de tal sorte era o tráfico que, a 19 de outubro de 1470, o rei D. Afonso baixou uma carta régia, na qual:

“proibia às pessoas que tinham privilégio de comerciar com a Guiné, negociarem com as tintas do Brasil, que estavam reservadas para si”. Isto em 1470!

Em 1473, Fernão Teles apresentou ao rei Afonso V de Portugal e à Junta de Geógrafos e Matemáticos presidida pelo Infante D. João, o roteiro de suas descobertas no “mar ociano”; acompanhava esse roteiro um mapa, no qual se achava figurada estensa costa, bordada de ilhas, enseadas e rios.

Nosso eminente consócio General Damasceno Vieira, em “Falsamentos de Nossa História”, aprecia estes documentos dizendo:

“Verifica-se que as terras solicitadas por Fernão Teles compreendem a costa norte do Brasil, desde o Maranhão até ao Ceará, com os respectivos acidentes terrestres e hidrográficos, e a representação do delta do rio Parnaíba, no Piauí”.

Por sua vez, o Dr. Gaspar Frutuoso ("Arquivos dos Açores", VII), nos conta que a doação dessas terras feitas a Fernão Teles pelo rei Afonso V, "eram iguais às que tinha outorgado às de Guiné ao Infante D. Henrique", o que vem provar o valor da doação e o reconhecimento desse grande valor.

Uma vez que tais descobrimentos eram segredo de Estado, e que o tráfico aumentava, procurou o rei de Portugal salvaguardar mais ainda seus direitos, provocando o Tratado de Alcaçovas (1479) no qual ficou estabelecido que:

"Não só a costa da África, como todas as ilhas descobertas ou que viessem a descobrir para o ocidente (exceto as Canárias), pertenceriam à coroa portuguesa".

Era um golpe inteligente dos portugueses, que assim podiam continuar a explorar em segredo suas descobertas, como já o haviam feito baseados na Bula de Nicoláu V.

Segundo alguns documentos da Torre do Tombo ("Arquivo dos Açores"), a carta da confirmação de doação de Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito (3 de março de 1486) "vem revelar a existência de trabalhos da maior importância relativos à América, em que já não se trata de descobertas, mas da posse efetiva, da conquista, da ocupação".

E tal valor dava a esta ocupação D. João, então rei de Portugal, que resolveu mandar uma esquadra explorar o novo continente, e nela o seu melhor cartógrafo, Martin Behaim, devendo registrar num mapa a configuração do continente de pau brasil, e seus acidentes geográficos.

Essa esquadra partiu em março de 1487 da Ilha Terceira, percorrendo, segundo parece, a costa da América Central e a parte norte da América do Sul.

A consequência lógica dessas contínuas viagens para o Brasil, era a natural descoberta do arquipélago de Fernando de Noronha, que ficava no caminho, e mesmo o povoamento da terra. O terceiro dos nove "Provarás" que o Dr. Jordão de Freitas encontrou na Torre do Tombo, aliás, prova que já em 1490 havia engenhos de açúcar e moradores em Pernambuco.



FERNANDO DE NORONHA — Vista tomada de ilha Raza.



FORTE DOS REMEDIOS construído pelos portugueses



Forte dos Remedios, construído pelos portugueses, avistando-se
porto do Cachorro e Santo Antonio e ao fundo a ilha Raza.
(Foto Horácio de Gusmão Coelho)



ALDEIA DE QUIXABA — ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

Em 1498, nova esquadra foi aprestada, sob o comando de Duarte Pacheco Pereira, e novamente com Martin Behaim navegou para a América do Sul.

Em "Esmeraldo de situ orbis" (Liv. I, Cap. 2), Duarte Pacheco relata ao rei de Portugal:

"E por tanto bemaventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano do vosso Reynado do hano de nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oyto, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte occidental passando alem a grandeza do "mar ociano" donde he achado e navegado huma tam grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a elas, que se estende a setenta graos de ladeza equinocial contra o polo arctico..."

Por esta costa sobredita do mesmo circulo equinocial em diante por vinte e oyto graaos de ladeza contra o polo antarctico, he achado nella munto e fino Brasil, com outras muitas couzas de que os navios deste Reyno vem grandemente carregados..."

Não é pois de extranhar que uma das caravelas de Duarte Pacheco, senão toda a esquadra, houvesse passado junto a FERNANDO DE NORONHA e fixado os dados a ela referentes. Em Lisboa, divulgada a notícia, chegou ao conhecimento de Juan de la Cosa, que a registrou em seu mapa.

FERNANDO DE NORONHA

Como se vê, quando a caravela pertencente a Fernando de Noronha "novamente descobriu" o arquipélago, já era ele de há muito conhecido dos portugueses.

E quem era essa figura, tão pouco conhecida, cujo nome deturpado deu ao arquipélago?

Muito pouco se tem escrito sobre a pessoa de Fernam de Loro-nha, e esse pouco infelizmente, completamente errado.

Muitos escritores chamam-no judeu; outros batizam-no por cristão novo, talvez aceitando o que escreveu Masser em sua "Relazione", onde, referindo-se ao pau brasil, diz:

"il qual verzi é appaltado per Firnando dalla Rogna, cristian nuovo".

Nosso ilustre consócio Ten. João Egon Prates, historiador e profundo conhecedor de heráldica e genealogia, sobre Fernam de Loronha assim se expressou:

"Nenhum documento oficial encontramos que prove essas suposições. Antes, todos eles, constantes de cartas de previlégio, mercês, honras, etc., só concedidas a pessoas notórias, de sangue limpo, mostram o contrário.

Segundo se depreende dos linhagistas lusos, era Fernão de Loronha oriundo de familia inglesa, tanto assim que teve Carta de Brazão de Armas na Inglaterra; tal era a importância dessa familia ali, que o rei da Inglaterra cedeu ao Brazão de Armas dela, "meia rosa" das do seu Brazão.

Em 1506, Fernão de Loronha requer ao rei D. Manoel, permissão para usar suas armas. D. Manoel nega essa permissão, e lhe outorga novas armas, portuguesas, nas quais figurava a meia rosa cedida pelo rei da Inglaterra".

Ora, não é de crer que o rei fosse ter, nessa época de intolerância religiosa, distinções dessa classe com um Judeu ou um cristão novo!

"D. João III, em 1524, confirma a Carta de Brazão de Armas de Fernão de Loronha", diz-nos o Ten. João Egon.

Ora, é coisa sabida que, foi justamente no reinado de D. João III que a perseguição da inquisição esteve no seu auge, tendo sido supliciadas mais de 20 mil pessoas. Um rei beato como D. João III, que dera esse nefando impulso a essa maléfica instituição iria dar confirmação à Carta de Brazão d'Armas de Fernão de Loronha, se

ele fossa judeu ou cristão novo? Não julgamos possível! E este rei deu-lhe outras mercês.

No erudito trabalho do Dr. Antonio Baião, encontramos a "confirmação a Fernando de Noronha do previlégio de ser cidadão de Lisboa" e a que lhe concede a honra de "fidalgo de cota d'armas".

Da primeira consta:

"Dom Joam, rey de Portugall e Algarves, etc.

A quantos esta nosa Carta vire faço saber que por parte de fernã de lronha cidadã da nosa cidade de lix^a nos foy apresentada huã carta del Rey meu Senhõr e padre que samcta gloria ajaa da quall ho teor tall he § Dom manonel per graça de deus Rey de Portugall e dos algarves daque e dalem mar e afriqua primcipe de castela de liam daragam de cezilia de granada etc senhor de guiné a quantos esta nosa carta vire fazemos saber q temos recebido de fernã de lronha cavaleiro de nosa casa e ao diante delé esperamos receber e des hy por lhe fazemos graça e mercee temos por bem e o fazemos cidadam e esta nosa cidade de lix^a E queremos e nos praz q daquy em diante ajaa e goze da todallas graças previlgios honrras liberdades franquezas q te e ham e dever haver os cidadãos da dita cidade. E mãdamos ao governador corregedor e justiças della e a todollos outros de nosos Regnos q ajm daquy e diante o dito fernã de lronha por cidadão asy como a cada hũ dos q ho sam e lhe guarde e cumprã e façã muy inteiramente comprir e guardar todallas ditas liberdades e cada hũas dellas asy e tam compridamete como nellas hee contendo se duvyda qe a ello por q asy hee nosa merce. dada e lix^a a X de fevereiro Joam paez a fez ano de noso Senhor Jhũ X^o de myll iij l R b iij (1498).

Pedindo-nos o dito fernão de lronha por merce q lhe confirmasemos a dita Carta E visto per nos seu requerimeto queremdo-lhe fazer graça e merce temos por bem de lhe confirmar e avemos por confirmada asy e da

maneira q se nela conte a mãdamos q asy se cumpra e guarde.

dada e a nosa cidade devora a X de junho jorge da fONSECA a fez ano de nosso Senhor Jhú X^o de myll b c XX iii j (1524)

(Chancellaria de D. João III, L^o IV fls. 58).

O segundo documento, encontrado tambem nos documentos da Chancellaria de D. João III, (Livro 18 fls. 33 verso), assim reza:

“Dom Joham, rey de Portugall e Algarves, etc.

A todos os que esta mynha carta vyre ou o trellado della antentico, seya sabydo pera sempre que asy como Deos per sua Justiça e bomdade ynfinda aos que neste mundo temporar bem e onestamente vyre, da no outro eterna grorya e galardam ynmortall asy he cousa justa e muy rezoada que os Reys e pryncipes que na terra seu logar tem por seu exemplo aos que corporallmente com fieldade e memoraves servyços virtuosamente o serve nam somente com graças favores e merces satysfaçam e contente suas vidas mas aynda por boom enxemplo de virtuosos servyços e que delles deçendere com outros premyos e honras que desta mortolydade seyam ysemtos de todo, e portanto sendo eu em conhecymento de certa sabedorya que fernam de lronha cavalleiro de mynha casa tem servydo a el Rey meu Senhor e padre, que Deos tem em muytos servyços de muyta valya com muyta fieldade e muyta verdade, e asy a my fazendo sempre como home boom virtuoso que elle he consyderando no merecymto de todos os ditos servyços cuyo galardã nã somente deve ser temporall mas merece ser com acrecentamento de honra e louvor perpetuamente satysfeito e vendo ser cousa justa fazello asy o dito fernam de lronha pello amor que per suas virtudes e bondades lhe tenho Eu de meu moto proprio e certa cyencya e com acordo e justo parecer dos de meu conselho e do purtugal meu Rey d'armas pryncipall por renumeraçã do

dito fernam de lronha grorya e honra dos que delle descendere o faço por esta mynha carta fydalguo de cota d'armas e asy aos que delle legitimamente per lynha direita procedere pera sempre e o abélito pera yso e o renovo do numero jerall dos homes e comto prebeso e o reduzoo e trago ao comto e estymo e party pagam dos nobres fidalgos de linpo sangue e sobre yso por que a elle e ao merecymto dos seus boos servyços seya com resprandor satysfeito e aos popellares na virtuosa emveya da tall grorya se ascendão nese deseyo e em enxercicyo de semelhantes obras eu lhe dou por armas he ornamento da nobreza e synaes della para elle e seus descendentes pera todo sempre brazam d'armas elmo e tymbre na maneira seguyntes a saber:

ho escudo partydo em palla a pymeira parte de prata e nella na cabeça húa mea froll de lys de ouro pegada com ñea rosa de vermelho em chefe e a outra parte de verde com a mesma mea froll de lys de ouro e pegado mea rosa de vermelho em pontas e húa pomba de prata voante, elmo de prata, saiado, paquife de prata e verde, por tymbre a mesma pomba o qual brazã darmas ellmo e tymbre o dito portugall meu Rey darmas per meu espreso mandado ordenou loguo registou em seu lyvro de Registo das arma dos fidalgos com sua cota darmas que dos mesmos synaes lhe dou segundo que em meo desta carta vegivelmente per arte e magesteryo de pintor com cores e synaes he devysada a demonstrada o qual escudo armas e synaes posa trazer e tragua o dito fernã de lronha e todos os seus desendentes em todos os logares de honra em que os nobres e antigos fidalgos sempre costumará trazer em tempo dos muy esclarecidos Reys meus progenytores e com ellas posa entrar en batalhas campos duelos retos e escaramuças e desafios e enxercitar e em suas casas edificios e leixadas sobre sua propria sepoltura e finalmente seroyr e honrar e aproveytar dellas em todo e per todo como o auto e prerogatyua de nobreza convem.

Porem mando ao dyto portugall meu Rey darmas que as tenha em booa e devyda guarda e asy aos outros que depos elle forem e a quaesquer arautos e passavantes e a todos os que seguem a arte e exercicio do nobre e reale officio darmas a quem ysto ao diante pera sempre verdadeyramente pertencer que as registem estas armas e synaes e as ponha yso mesmo em seus lyvros autemtycos pera em todos os tempos serem avidas por aprovadas e verdadeyras e lhes leixem lograr e pesoyr e aos que delle deçendemrem per lynha direita como cousa sua propria e a outros algús nám e mando a todolos meus corregedores e dezembargadores juyzes e justiça officiaes e pesoas a que esta mynha carta for mostrada que em todo lho cumpram e guardem e façam cumprir e guardar as honras prevylegios e graças e mercés franquezas e ysenções que de direito lhe pertence como se guarda aos antygos fidalgos de meus Regños sem duvyda nem embargo que a ello posto por que asy he mynha merce e por lembrança e firmeza lhe mando dar esta carta per mim asynada e asellada do meu sello de chumbo dada em mynha muy nobre e sempre leall cydade de lixboa aos XXIIY (23) dias do mes de setembro pero devora Rey darmas algarve e escrivã da nobreza a fez anno de noso S.õr Jhú Xpõ de myll b c XXX I Y annos”.

Se não fossem suficientes essas provas, bastaria o simples fato do pai de Fernando de Noronha ter sido sepultado no convento de S. Francisco de Evora, para provar que não era judeu nem cristão novo.

Fernam de Loronha era rico, e as taxas que pagava ao erário real eram vultosas. Costumava enviar navios de abastecimento, seus, acompanhando as esquadras que saiam em descoberta.

Há informações positivas de caravelas suas nas esquadras de João da Nova (1501), Francisco de Almeida (1503), Gonçalo Coelho (1501 e 1503), sendo que nesta última viagem de Gonçalo Coelho, Américo Vespuccio veio representando Fernando de Noronha.

Américo Vesputio descreve a descoberta da ilha da forma seguinte, ao escrever ao Gonfaloneiro de Veneza:

“E partindo daqui (Serra Leôa) pelo S. O. quando teríamos andado bem 300 leguas pela imensidade deste mar, estando já além da linha equinoxial 3º para o sul descobrir-se uma terra de que então podíamos estar 22 leguas, o que nos servio de maravilha achando que era uma ilha no meio do mar, extremamente alta e notavel por não ter mais de duas leguas e uma de largo e nunca foi habitada por gente alguma. O capitão mor me mandou com a minha náu áquella ilha, em procura de algum surgidouro, onde pudessemos ancorar todos os návios. E achei nela um belo porto, onde seguramente podiam ancorar todas as náos.

Esta ilha é deshabitada, tem muitas águas doces e correntes, infinitas árvores e inumeraveis aves marinhas e terrestres, tão simples que se deixaram apanhar à mão, e assim caçamos tantas que carregamos um batel delas; não vimos outro animal senão ratos muito grandes, largos com duas caudas e algumas serpentes”.

O CONTRATO DA EXPLORAÇÃO DO PAU BRASIL

É de 1503 o contrato de exploração de páu brasil feito por Fernando de Noronha; e a 6 de outubro de 1503, o rei de Portugal isentava de impostos e direitos “as mercadorias das náus que foram com o almirante e os que comprarem nos navios do trato de Fernam de Loronha das terras novas, durante o tempo do seu contrato que seu contrato que se acabará no ano de 1505”.

A doação da ilha, que como vimos se fez a 16 de Janeiro de 1504, foi com obrigações pesadas para Fernando de Noronha; ele devia continuar o descobrimento, levantar um forte para a defesa da terra firme e reservar o quinto da renda para El Rei.

Justamente o fato de Américo Vesputio ter construido um fortim na terra firme, depois de ter se eximido do comando de Gonçalo Coelho e percorrido parte da costa do Brasil, e o carregamento

de páu brasil que sua caravela fez, foi que evidenciaram sua posição de fato, na frota de Gonçalo Coelho; um preposto de Fernando de Noronha:

Damião de Gois, Pedro Mariz é o Padre Dimão de Vasconcelos, que relataram a viagem da esquadra de Gonçalo Coelho em 1503, nos contam que:

“Partiu a esquadra de Lisboa a 10 de Maio de 1503, com o propósito de ir para a banda do Oriente, em direitura às ilhas do Cabo Verde. Castigados pelos temporais, foi levado para sudoeste, achando a 10 de agosto de 1503 uma bela ilha, extremamente alta. Foi então que a batizaram com o nome de ilha da Quaresma”.

Era o terceiro batismo da ilha de FERNANDO DE NORONHA, que teria ainda outros mais. (S. Matheus, S. Joam, Quaresma).

Fernando de Noronha nada quis fazer em benefício da ilha, que com o seu nome deu-o ao arquipélago. Diz o Dr. Mario Carneiro do Rego Melo, erudito historiador pernambucano, em uma memória apresentada ao 5.º Congresso de Geografia que realizamos (“Arquipélago de Fernando de Noronha”) que: “Fernam de Noronha nada fez pelas terras que lhe doaram”.

Orlando Machado, em um opúsculo com o mesmo título que o de Dr. Mario Melo, afirma:

“Durante esse longo percurso de 150 anos esse arquipélago não foi mais que uma espécie de título de grandeza para o seu descobridor e respectiva descendência, que nunca se ocuparam dele, nem mesmo quando por duas vezes ocupado pelos holandeses em 1629 e 1635”.

O que Fernam de Noronha fez, foi transformar em deserto aquela ilha que Vespuccio achava “de águas muitas, doces e correntes, infinitas árvores e inumeráveis aves marinhas e terrestres”, para tirar o páu brasil e madeira de lei derrubou e levou quase todas as árvores da ilha, acaretando a seca dos mananciais de água doce corrente, um dos quais somente, até hoje resistiu, e causando o exter-

mínio das aves que ali havia. A tal pouto chegou essa destruição, que em 1916-17 a ilha suportou dois anos sem chuvas. Não fora as providências acertadas dos administradores que ali teem estado, principalmente o atual, que procurou fazer o reflorestamento, a abertura de poços artesianos, e o repovoamento de animais, aves e pássaros, e seria hoje Fernando de Noronha sáfara e inhabitavel.

REFORMADA A DOAÇÃO

Por morte de Fernando de Noronha, e solicitação da família, D. Sebastião, rei de Portugal, reformou a doação feita em benefício de um neto do beneficiado: Fernão Pereira Pestana de Loronha. Esse proprietário, igualmente nada fez pelo arquipélago.

Diz Pereira da Costa ("A ilha de Fernando de Noronha") que "em... 1602 havia na ilha, talvez por conta do donatário, apenas um feitor com treze escravos de ambos os sexos".

Caravelas de todos os países da Europa demandavam de continuo a América do Sul em busca de páu brasil; assim não é de extranhar, que em 1612 a França tivesse se interessado por apossar-se de um pedaço do novo continente, e enviasse a expedição sob o comando de Mr. de la Revardière, que conquistou o Maranhão. Esta expedição aportou em Fernando de Noronha a 26 de julho de 1612, tendo o capuchinho Claude d'Abeville deixado interessante carta sobre a ilha, que diz:

"No dia 26 de julho ancoramos defronte da ilha. Tem esta ilha 5 a 6 leguas de circumferencia; é bonita e agradável e uma das melhores terras, si assim se pode dizer, muito vigorosa, extremamente fertil, capaz de produzir tudo quanto seja util.

Demoramos ahi quinze dias para refrescar e beber agua fresca. Encontramos melões aboboras, batatas, ervilhas verdes e outros frutos excelentes, muito milho e algodão, bois, cabras sobretudo grande quantidade de pássaros de diversas especies desconhecidas e em número infinito, o que muito nos agradou por serem bons para

comer e de facil caçada, pois podiam ser mortos no vôo ou sobre as árvores varadas e as cacetadas, e até a mão em seus ninhos.

A maior parte deles, põem ovos sobre hervas ou mesmo na terra e não se retiram desses lugares embora sejam empurradas a ponta pé, sem dúvida com receio de se esmagarem os ovos.

Parece incrível a quantidade de pássaros ahí existente e eu mesmo não acreditaria si não visse.

Entre as árvores mais notaveis da ilha há uma muito bonita e agradável (hoje chamada "burra leiteira") que tem as folhas verdes muito parecidas com as do loureiro); si por acaso tocades essas folhas com as mãos e depois coçades os olhos, sentireis logo tão forte dor por três a quatro horas a ponto de perderdes a vista, junto à árvore se encontra geralmente outra qualidade ahí por antidoto, por bondade divina, tendo as folhas a propriedade de tirar a dor, e restituir a vista apenas se esfregar com elas os olhos, e como vi acontecer num individuo da nossa companhia.

Habita a ilha um português em companhia de 17 ou 18 índios homens, mulheres e crianças todos escravos e para aquí desterrados pelos moradores de Pernambuco. Batisados a maior parte deles, casados dois, depois de haverem plantado a cruz no meio de uma capela, que preparamos para a celebração da santa missa.

Estes pobres índios bem como o português receberam de Mr. de Raily e Mr. de la Ravardière tantas finezas que sabendo do nosso projeto de implantar no Maranhão a fé e a crença do verdadeiro Deus, para o que levamos quatro padres capuchinhos, pediram-nos com instancias para tira-los desse logar e leva-los conosco. De muito boa vontade foi satisfeito o seu pedido com alegria e consolação de todos os seus parentes e amigos residentes no Maranhão.

Depois de demorarmos quinze dias na ilha de Fernando de Noronha partimos no domingo 8 de julho às 6 horas da tarde, trazendo connosco os ditos índios e o português”.

OCUPADA PELOS HOLANDESES

Poucos anos após, princípio de Dezembro de 1629, tendo também os holandeses posto seus olhos na abençoada terra brasileira, foi Fernando de Noronha ocupada pelo almirante holandês Carmeliszoon Jol que comandava os navios “Otter” e “Hawick”, dada sua esplendida posição estratégica, que não lhe passara despercebida.

Matias de Albuquerque ao ter conhecimento desse fato, apressou-se a enviar em janeiro de 1630, uma frota de sete caravelões sob o comando do capitão Rui Calaza Borges, que tinha por ajudante o Cap. Pedro Teixeira Franco.

Conta-nos Pereira da Costa (op. cit.):

“A 19 de dezembro de 1629 parte de Recife. Conforme as ordens que recebera abordou ele a ilha pela parte L. S., onde existe uma pequena enseada, e de lá seguiu a pé com toda a sua gente para o lado em que está o porto principal, onde contava achar os navios.

Assim o fez de noite, e encontrou fundeada uma só embarcação. Tratou logo de formar três emboscadas, sendo duas ao pé do ancoradouro, e outra dirigida pelo Capitão Pedro Teixeira Franco, no lugar em que se fazia aguada.

Não tardaram os holandeses em vir a terra buscar agua, numa lancha tripulada por onze pessoal. Apenas os vio em terra, cahio sobre eles a nossa gente matando-lhes quatro homens, aprisionando 7, e dando liberdade a 7 portuguezes que eles empregavam no serviço da marinhagem e haviam sido apresados numa embarcação que tinham capturado, e como sucedeu isto em lugar que de bordo do navio não fora visto, ordenou o Capitão Ruy

Calaza que na mesma noite fosse o artilheiro Jorge da Fonseca com gente sua na mesma lancha levando preparações necessarias para deitar fogo na embarcação, o que este efetuou, retirando-se apenas vio que era percebido pela gente de bordo, que pressurosa correu a extinguir o incêndio que só danificou a popa do navio.

No dia seguinte fizeram-se de vela e a nossa gente tratou de destruir tudo o que eles tinham feito na ilha, e constava de uma bateria capaz de oito peças, que ainda não tinha peças, e quatro povoações, duas aonde se recolhiam quando estavam em terra, e duas de negros que haviam capturado em um navio de Angola, os quais tinham plantado muita mandioca. Havia tambem grande plantação de legumes e fumo.

Tudo isto foi destruido, aprisionando-se alguns negros, fugindo a maior parte para as altas serras da ilha, onde se esconderam.

A 14 de Janeiro de 1630 a expedição chegava de volta a Pernambuco”.

Mas, não desanimaram os Holandeses; logo que firmaram no seu domínio em Pernambuco, foi de novo tomada FERNANDO DE NORONHA pelo Almirante Carmeliszoon Jol, e ocupada por forças militares numerosas (1635).

Não descuidaram os holandeses da defesa da ilha, resolvidos como estavam a se instalarem definitivamente na terra, e, em 1646, pelo hiate “Tonyn” mandaram artilharia e munições de guerra para o reduto que ali haviam feito. Tudo leva a crer que o local escolhido tivesse sido onde os portugueses levantaram depois a Fortaleza dos Remédios, pela situação estratégica insuperavel que oferece.

A capitulação holandesa a 26 de janeiro de 1654, em Recife, carreteou a entrega, tambem, da ilha FERNANDO DE NORONHA aos portugueses (art. 29), o que foi feito na pessoa do mestre do campo Francisco Figueiredo.

A 8 de Janeiro de 1693 D. Pedro II rei de Portugal, reformou a doação da ilha FERNANDO DE NORONHA em favor de João Pereira Pestana trineto do primeiro donatário. Mas, a provocação

dessa reforma de doação chamou a atenção do governo português para a ilha, e para a necessidade de um controle efetivo sobre um ponto de capital importância militar como esse.

O governador e Capitão General de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, auxiliado pela Câmara Municipal de Recife, em princípios de 1696 apela para o governo do vice-Rei do Brasil, afim de ser feito o povoamento e a fortificação de FERNANDO DE NORONHA. Sai a carta régia de 7 de Setembro de 1696 atendendo a essa solicitação.

A carta régia de 24 de Setembro de 1700 dá ao governo de Pernambuco a jurisdição sobre FERNANDO DE NORONHA, até então indefinida.

Parece que o governo da metrópole não deu os meios necessários para a determinação dada na carta régia de 1696, citada, de modo que o abandono da ilha continuou.

O êxito financeiro, político e militar notáveis, obtido pelas companhias holandesas das Índias Orientais (1602) e Ocidentais (1621), levaram os franceses a imitá-los, criando-se a Companhia Francesa das Índias Orientais, organizadas nos moldes da sua congênera holandesa. Na ância de grandes lucros, a companhia envia em 1736 uma náu, que desembarca uma tropa de ocupação em FERNANDO DE NORONHA, tropa essa sob o comando do Capitão Lesquelin, dela se apossando.

Ciente o governo de Pernambuco desse ato, e mais, que os franceses haviam até batisado novamente FERNANDO DE NORONHA, passando a chamá-la "Isle Delphine", apela para a metrópole.

O vice-rei do Brasil, Conde das Galveas — segundo nos consta Sebastião Vasconcelos Galvão ("Dicionário Chorographico de Pernambuco") — envia um emissario a Fernando de Noronha para se informar. Este chegou à ilha a 28 de setembro de 1736; voltou, e informou que na ilha estavam 12 francezes e um cirurgião, que haviam erguido quatro barracas de elegante construção, para habitação, e feito hortas, plantações de feijão, milho, inhames, tabaco e muitas outras plantas do Brasil e da Europa, havendo criação de porcos, cabras, galinhas,

peris, patos, gansos, e outras aves. Não existia obra alguma de fortificação, havendo porem alguns materiais.

A 26 de Maio de 1637, por carta régia, foi nomeado Henrique Luiz Freire de Andrada, que então se achava em Lisboa, para desalojar os franceses e levantar algumas fortalezas, mantendo um destacamento capaz de resistir a alguma invasão. Essas ordens deviam ser executadas sem a menor dilação”.

O Vice-Rei do Brasil, porem, determinara a partida com esse objetivo, de uma expedição de 250 praças sob o comando do Tenente Coronel João Lobo de Lacerda; só a 6 de outubro de 1637 partiu a expedição de Pernambuco, tendo ocupado a ilha sem resistência alguma por parte dos franceses.

A 11 de julho de 1638 a expedição retornou a Pernambuco, tendo cumprido a missão.

Em um ofício de D. José Fernando de Portugal a D. Rodrigo de Souza Coutinho, de 9 de abril de 1779, citado pelo Coronel Fausto de Souza” (op. cit.) encontramos sobre este assunto o seguinte:

“Em execução a esta real ordem foram os franceses expulsos da dita ilha, sem a menor resistência, de tal sorte que, quando ali chegou depois D. Manoel Henrique com a nau “N. S. da Gloria”, do seu comando, para ajudar esta expedição, segundo as instruções que trazia da Corte, já os achou desalojados e a construção de fortaleza adiantada”.

FORTIFICAÇÕES

Só então o governo português se convenceu de uma vez, da necessidade de fortificar e povoar a ilha de FERNANDO DE NORONHA, e cuidar do plantio dos meios necessários à vida naquele lugar. Concedidos os meios necessários, desde logo (1737) foram atacados os serviços de construção da Fortaleza dos Remédios, e dos Fortes de Santo Antonio e da Conceição, pelo Coronel Lobo de Lacerda.

Gastão Penalva, o escritor doublé de oficial de marinha, em "Fora do Mundo" nos dá o relatório de um oficial do Exército, Ten. Paulo Amberim de Paiva, sobre as fortificações de FERNANDO DE NORONHA, seguinte:

"As fortificações existentes nesta ilha são em número de 10 situadas em pontos diversos, nos lugares de mais fácil acessibilidade da ilha, destacando-se pela importância de sua posição, solidez de construção e maior desenvolvimento, a Fortaleza dos Remédios. Situada ao N. da Ilha, esta Fortaleza, cuja construção, segundo se evidencia do Dicionário Corográfico de Pernambuco, data de 1738. Reparada em 1859, acusa não obstante o seu estado atual, grandes estragos resultantes da falta de oportunos reparos. De forma poligonal e de alta vantagem na sua colocação estratégica, solicita esta fortificação imediata providencia, e uma adaptação aos atuais progressos da arte da guerra.

FORTE DE S. ANTONIO — Situado a NE. da ilha, tem a forma de um quadrilatero de lados desiguais. Reedificado em 1856, encontram-se hoje desse forte somente os paredões. As armas coloniais do forte de S. Antonio, foram enviadas para o Museu Nacional pelo Comandante da Ilha FERNANDO DE NORONHA, em 1876, Sebastião José do Rego Barros, por intermédio do Dr. Daniel de Almeida.

FORTE DE S. JOSÉ — colocado em frente à enseada de S. Antonio, este forte está situado sobre um rochedo ilhado, comunicando-se por uma linha de recifes que dá passagem na baixa mar.

Destinado a impedir o desembarque na Ilha da Rata que fica em frente, apresenta esta fortificação, não obstante o seu estado atual de completas ruínas, muita solidez de construção aliada à beleza de formas. Foi construído em 1758 e 1761.

PARQUE DE S. ANNA — Destinado à defesa da Ilha denominada do Cachorro, foi reformado em 1846.

De importância secundária pela sua aproximação da Fortaleza dos Remédios, não acusa solidez de construção, e é de acanhadas proporções. Neste Parque esteve aquartelada até julho de 1913, a força pública que garante o presidio, e de 1914 a 1920, o destacamento da marinha que por ocasião da guerra ocupou militarmente a ilha.

REDUTO DA CONCEIÇÃO — Acha-se ao NW da ilha, tendo sido reparada em 1864. Está atualmente abandonado, e aproveitando para enfermaria do presidio. Foi construído em 1737, reconstruído em 1846, e reparado em 1864.

REDUTO DE S. CRUZ DO PICO — Situado a W da ilha, este reduto deixa apenas ver os seus alicerces.

REDUTO DO BRODÓ — Reconstruído e artilhado, em 1864, acha-se em ruínas, restando apenas as muralhas.

FORTE DOS DOIS IRMÃOS — Situado a W da ilha, tem a forma de trapézio, datando a sua construção de 1757. Está como os demais em ruínas.

REDUTO DE S. JOAQUIM — Colocado ao SE da ilha, acha-se há muito tempo abandonado, datando a sua construção de 1758.

REDUTO DO LEÃO — Construído, foi reparado em 1846. Situado ao SE. da ilha acha-se em ruínas, restando apenas a base das muralhas.

DE VALOR ESTRATÉGICO PARA A NOSSA DEFESA:

Durante quase um século, Fernando de Noronha foi uma fortaleza que correspondia ao seu valor estratégico para a defesa do Brasil; diz-nos Mario de Melo (op. cit.) que, "FERNANDO DE NORONHA foi em seu tempo inexpugnável".

O Cel. A. Fausto de Souza ("Fortificações do Brasil"), cita um aviso do Ministro da Guerra, de 14 de Fevereiro de 1857, em que

Fernando de Noronha era ainda classificada como fortificação de conjunto de 1.^a classe, nessa época.

O abandono dos diversos fortes do arquipélago, a falta de recursos para os necessários concertos, que a ação do tempo aos poucos destruiu, deu como resultado o desaparecimento deles, havendo apenas, agora, montões de ruínas nos locais onde existiram. O grande geólogo norteamericano John C. Branner, que teve a oportunidade de visitar FERNANDO DE NORONHA e fazer um brilhante estudo geológico daquele arquipélago, nos conta como foi destruído o Reduto de Santa Cruz do Pico. Diz ele ("Geologia de F. Noronha").

"Há anos, o fortim construído perto da base do Pico foi quase inteiramente demolido por uma grande massa de rocha que dele caiu, e rolou pelo declive abaixo".

Agora, de todas essas fortificações nada existe; a antiga Fortaleza dos Remédios, que se acha em posição invejável sob o ponto de vista da defesa, servia de quartel para o destacamento policial de vigilância do presídio local, até há pouco.

Era pensamento da administração que ali esteve até 1941 transformar esse quartel, depois de o reformar convenientemente, num museu do arquipélago. A idéia seria louvável, se a situação política internacional nos permitisse deixar ainda completamente indefeso esse arquipélago, ponto de valor estratégico inestimável.

TRISTE SINA

Desconhece-se a data precisa em que FERNANDO DE NORONHA foi convertida em presídio e local de deportação. A primeira referência registrada pelos historiadores, sobre esse assunto, é a de Francisco Augusto Pereira da Costa, em sua monografia "A Ilha Fernando de Noronha" (1887), onde diz:

"Em 1602 havia na ilha, talvez por conta do donatário, apenas um feitor e treze escravos de ambos os sexos".

Ora, Pereira da Costa devia presumir mal, uma vez que era pública e notória a displicência absoluta com que os donatários brindavam o arquipélago; por outro lado, há a carta do capuchinho francês Claude D'Abbeville, que veio na expedição de La Revardière, em 1612, que nos relata que, quando a esquadra francesa ali aportou, encontrou desterrados em FERNANDO DE NORONHA. Diz textualmente:

"Habita a ilha um português em companhia de 17 ou 18 índios, homens, mulheres e crianças todos escravos e para aqui desterrados pelos moradores de Pernambuco. Estes pobres índios, bem como o português... pediram-nos com instância para tirá-los desse logar e levá-los conosco. De muito boa vontade foi satisfeito o seu pedido, com alegria e consolação de todos os seus parentes e amigos residentes no Maranhão".

Américo Vespucio no seu Relatório ao ganfaloneiro de Veneza em 1504, remetido a Lisboa, disse uma quantidade de coisas inverídicas; em outras, Vespucio falou a verdade, como por exemplo na abundância de ratos e lagartos de duas caudas, ali.

Conta-nos, por exemplo, Pereira da Costa (op. cit.) que:

"Finda a colheita, empregam-se os sentenciados, divididos em doze turmas, na caça dos ratos, serviços esses que vai de outubro a dezembro, conseguindo cada turma matar por dia de 700 a 1000 e tantos ratos".

Gastão Penalva, no seu livro "Fora do Mundo", referindo-se aos lagartos, diz que Vespucio talvez tivesse confundido os lagartos de duas caudas com os "piolhos de cobra". Ora, na recente viagem a este arquipélago, tivemos a oportunidade de ver no museu da ilha, conservado em alcool, um lagarto com três caudas. Verifica-se, com esses lagartos, um fenómeno já conhecido no mundo animal. Partindo-se a cauda, do tóco surgem duas ou três novas caudas, que se desenvolvem normalmente.

ADOTADA TAMBEM PELOS HOLANDESES A DEPORTAÇÃO

Mas, continuemos a historiar a questão do presídio.

A moda iniciada pelos portugueses de deportar para FERNANDO DE NORONHA os indesejáveis, foi adotada, também, pelos holandeses, pois, encontramos referências de terem sido deportados para FERNANDO DE NORONHA, de 1645 a 1647, três mulheres de Pernambuco, durante a dominação holandesa.

Como já vimos, a verdadeira ocupação do arquipélago só se fez em 1737, depois de retomado o arquipélago da mão dos franceses da Companhia das Índias Orientais, e construídos os fortes dos Remédios, S. Antonio e Conceição, pelo engenheiro militar Diogo da Silveira ("Dicionário Corográfico de Pernambuco" — Sebastião de Vasconcelos Galvão).

EFETIVADA EM 1739 A CRIAÇÃO DO PRESIDIO

Analizada pelo governo português a situação especial de FERNANDO DE NORONHA, ficou decidido fazer-se ali um presídio, o que foi efetivado em 1739, criando o governo de Pernambuco o Presídio de Fernando de Noronha. A partir de 1755, data em que Fernando de Noronha possuía 5 fortificações regulares, com 54 canhões, 19 oficiais e 194 praças, parece que o governo português fez para ali degredar, também, presos de Angola, uma vez que por um Decreto Real de 26 de agosto de 1755, foi determinado que o cofre do Reino de Angola contribuisse com quatro contos anuais para as despesas do presídio (Galvão — op. cit.).

Diz Orlando Machado (op. cit.), que "essa contribuição durou até a data da nossa independência".

Num ofício de 9 de abril de 1779, de D. Fernando José de Portugal, dirigido a D. Rodrigo de Souza Coutinho, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1877), consta:

"... para este Persidio se mandam anualmente vdrrios degredados, já por conselhos de guerra e já por sentença dos magistrados competentes, aos quais sendo pai-

sanos se lhes assenta praça de indio, com o vencimento de vinte réis por dia, alem da farinha com que Sua Magestade sustenta a todos os habitantes remetida de Pernambuco, por ser muito pouca a que produz o país...

A CRIAÇÃO DE UMA COLÔNIA AGRÍCOLA

Em 1789, o governo português quis fazer de FERNANDO DE NORONHA uma colônia agrícola, porem, estultamente, Tomás José de Melo, Governador de Pernambuco, se opôs formalmente.

O governo provisório da revolução pernambucana de 1817, tentou desviar FERNANDO DE NORONHA dessa triste sina, enviando o capitão José de Barros Falcão de Lacerda ali com ordem "de dismantelar as fortificações e trazer para Recife todos os que ali estivessem degredados".

Diz-nos Mario Melo (op. cit.) que:

"o emissário foi recebido como um enviado do céu".

Não é crível que o capitão Lacerda tivesse dismantelado os fortes existentes, e nem isso lhe seria possível com os recursos de que dispunha, mas levou consigo todos os deportados e as praças do destacamento que lá serviam, com exceção de duas que não puderam embarcar.

O APRISIONAMENTO DO CAPITÃO LACERDA

Circunstâncias diversas fizeram com que o capitão Lacerda e seus navios fossem arribar na Baía da Traição, na costa da Paraíba do Norte, onde foram todos aprisionados pelas forças legais. É profundamente lamentável, que nessa ocasião se houvesse perdido todo o arquivo do arquipélago, que poderia hoje permitir reconstituirmos toda a sua história.

Galvão (op. cit.), nos diz que:

"Restaurada em Pernambuco a autoridade real, por Carta Regia de 13 de Agosto de 1818, foi dada nova organização ao estabelecimento sendo criado o núcleo colonial e o serviço regular de pesca".

Diz Orlando Machado (op. cit.) e Gastão Penalva (op. cit.), transcreve que:

"Fernando de Noronha foi o último território brasileiro a ter notícias da nossa emancipação, pois só em 1823 foi que ali foi hasteada a bandeira brasileira".

Galvão (op. cit.), nos conta sobre esse assunto que "Manuel de Carvalho Pais de Andrade, governador de Pernambuco, por decreto de 5 de fevereiro de 1824 demitiu o comandante de Fernando de Noronha, por ainda içar ali a bandeira portuguesa, nomeando para substituí-lo o Coronel Luiz de Moura Accioly", passando desde logo o Presídio a ficar sob a jurisdição do Ministério da Guerra".

O governo imperial, em 1825 ou 1826, enviou para FERNANDO DE NORONHA condenado "a degredo perpétuo e serviço das obras públicas, o patriota Raimundo Alexandre Pereira Ibiapina, revolucionário cearense de 1824, adesista da Confederação do Equador, julgado pela junta militar que mandou fuzilar Mororó, Pessoa Anta, Francisco Ibiapina, Azevedo Bolão e Carapinima".

O INGRESSO DE FERNANDO DE NORONHA NA NOSSA LEGISLAÇÃO

O degredo em FERNANDO DE NORONHA só entrou para a nossa legislação a 3 de outubro de 1833, e aplicado aos "fabricadores e introdutores de moeda falsa e falsificadores de notas, cautelas, cédulas e mais papéis feduciários ou de banco".

Os militares para ali mandados trabalhavam na construção das fortificações.

Os decretos n. 2.735 de 5 de Março de 1859 e n. 9.356 de 10 de Janeiro de 1885, bem como vários Avisos e Ordens provisórias, por conveniências transitórias, "autorizaram a transferência para aquele presídio de outras classes de criminosos".

Pela Lei n. 2.792 de 20 de Outubro de 1877, Fernando de Noronha passou a depender do Ministério da Justiça, deixando de ser presídio militar.

Os decretos n. 196 de 1 de Fevereiro de 1890 e n. 802 de 4 de Outubro de 1890, mandavam serem ali recolhidos "alem dos moedeiros falsos os contrabandistas".

NOVA ORDEM COM A PROMULGAÇÃO DO CÓDIGO PENAL DA REPÚBLICA

Todas essas leis foram revogadas em parte ou na totalidade com a promulgação do nosso primeiro Código Penal republicano, que excluía a pena de degredo e galés.

Com o advento da República FERNANDO DE NORONHA não foi esquecido; pelo decreto n. 854, de 13 de Junho de 1890, deram-lhe um juiz de direito e um promotor, que nunca chegaram a ir lá. A passagem de FERNANDO DE NORONHA para a jurisdição de Pernambuco (dec. n. 1.371 de 14 de Fevereiro de 1891), fez com que a organização judiciária de Pernambuco, de 1892, extinguisse tais cargos.

O Dr. Melo nos relata como foi feita essa passagem de Fernando de Noronha para o domínio de Pernambuco.

"Proclamada a República, convidado para ministro da Justiça o Barão de Lucena, este impôs uma condição: voltar Fernando de Noronha ao domínio de Pernambuco".

DESTERRO DE VULTOS POLÍTICOS

Ainda em 1898, em pleno regime republicano, foram desterrados para Fernando de Noronha diversos políticos: o senador João Cordeiro, os deputados Alcindo Guanabara e Alexandre José Bar-

bosa Lima, este ex-governador de Pernambuco, o major Tomás Neri e José de Albuquerque Maranhão, considerados co-responsáveis pelos crimes comuns que se deram no arsenal de guerra, em virtude dos quais foi morto o Marechal Bittencourt, ministro da Guerra", segundo nos conta Melo (op. cit.). Quase todas as referências sobre o presídio, são propriamente da Ilha Fernando de Noronha, porém, a Ilha da Rata (Rat Island ou Ille des Rats), também tem a sua parte no ofício.

Diz Américo Alves Guimarães "Diário de Pernambuco" de 24 de Outubro de 1864:

"Outrora os presidiários mais turbulentos, os incorrigíveis, os desobedientes, eram retirados para a ilha Rata. Em 1940 ainda se observava esse fato:

... vivem nessa inculta terra em cinco pequenas choupanas, erigidas para abrigá-los das vicissitudes atmosféricas, e se nutrem com farinha de mandioca e carne seca, de vez em quando remetidas pelo comando, com as carnes e ovos de certos pássaros aquáticos que por ali abundam, chamados viúvas, e enfim, com os mariscos e peixes que escassamente pescam".

ADMINISTRAÇÃO DA ILHA ATÉ 1930

Até 1930 este Presídio tinha diretores nomeados pelo governo do Estado de Pernambuco, e segundo o que escrevia Orlando Machado (1920):

"O que lá existe, não parece ser propriamente um presídio, tal a mistura da gente lá sequestrada, entre a qual parece haver mais vítimas que algozes da sociedade que a sequestra..."

Na véspera do meu regresso ao continente, achava-me inteiramente só numa praia deserta, quando surgiu à minha frente, um preto retinto, de proporções agigantadas, mal encarado, com o rosto ondulado por aduchas de fios de barba.

Preparei-me para, sem perder a compostura, enfrentar o perigo. Mas, o preto perfilou-se e disse com voz grossa e pausada:

"Seu comandante, eu vim agradecer a V. S.. Eu o encarei, e verifiquei que, me era absolutamente estranho. — Agradecer o quê rapaz?"

Eu nunca te vi, nunca te fiz bem algum.

— É isso mesmo. Vim agradecer a V. S. nunca tê ido vê a gente apanhá. Si V. S. não tivesse bom coração tinha ido se adiverti, vendo a gente apanhá".

Diz mais:

"Durante todas essas phases de sua vida histórica Fernando de Noronha tem sido sempre presidio: — presidio, quando os moradores de Recife para lá desterravam criminosos, mesmo antes de pertencer o arquipélago à capitania de Pernambuco; presidio geral a partir de 1737, e creio que até mesmo para os criminosos do Reino de Angola, a partir de 1755, até à proclamação da nossa independência; presidio militar e degredo para moedeiros falsos até 1877; presidio para criminosos de crimes comuns, contrabandistas, e até mesmo para ca-poeiras, até 1891; ainda hoje, como já foi dito, é presidio para o Estado de Pernambuco".

Contam pessoas ligadas ao Presídio, que todas as estradas de Fernando de Noronha custaram suor e sangue dos presidiários. Depois da faina do dia, cada presidiário era obrigado a trazer uma pedra de 3 quilos para a estrada em construção, sob pena de terríveis castigos.

"Metidos num cárcere convencional, onde não existem grades nem muralhas, só lhes recorda a condição de presos um desejo incontido de fugir, ganhar de novo a liberdade, ao que se opõe prudentemente o oceano, na sua imensa ironia de carcereiro indômito..."

ASPECTO ATUAL

É comum encontrar-se quem pense que *Fernando de Noronha* é uma ilha isolada; seu aspecto, suas dimensões, sua topografia, a distância a que se acha do continente, são mesmo em geral desconhecidos.

Talvez, muito para isso tenha contribuído, as referências de navegantes e historiadores, que se limitam quase sempre a falar na ilha de *Fernando de Noronha*, uma vez que é a mais importante e a única habitável do arquipélago.

O arquipélago não está ligado, como naturalmente se seria levado a pensar, ao relevo brasileiro continental, e sim, está adstrito ao relevo submarino. O grande geólogo Branner, comprovou que o arquipélago está totalmente isolado do continente.

Compõe-se ele de cinco ilhas: *Fernando de Noronha*, *Rata do Meio*, *Rasa* e *Sela Gineta*, e de quatorze ilhotas, pedras lavadas pelo mar, inhabitáveis, em geral de basalto ou fonolito, denominadas: *Chapéu*, *Cabeluda*, *Espigões*, *S. José*, *Xanxo*, *Leões*, *Monte Redondo*, *dos Ovos*, *Boldró*, *Dois Irmãos*, *Pedra Furada*, *Morro Suéste*, *Saco Atalaia* e *do Frade*.

A ilha Fernando de Noronha está situada a 345 km. do Cabo S. Roque (R. Grande do Norte) e a 525 km. de Recife.

Vista de longe, sobressae no arquipélago a mole imensa de Fernando de Noronha, com o seu notavel Morro do Pico, de mais de 300 metros de altura. O panorama de Fernando de Noronha é encantador, havendo no Brasil poucas paisagens que se lhe possam comparar. "Nunca estive em outra terra, diz-nos Gastão Penalva, onde descortinasse uma tão variada sucessão de cenários, tão belos e atraentes, de um imprevisto que impressiona, como essa ilha atirada em pleno oceano. Um outeiro que se galga oferece por todos os lados a sensação de panoramas inéditos". A ilha é tipicamente montanhosa, notando-se as cotas chamadas: Morro do Francês, Atalaia Grande, Boa Vista, Atalaia Pequena, Morro Branco, Porteira e Curral.

O conselheiro Beaupaire Rohan em relatório que apresentou sobre o arquipélago, observou:

"A estrutura geológica da ilha é toda de origem vulcânica, como atestam não só as suas rochas, como ainda as três crateras de extintos vulcões, claramente determinadas nos lugares denominados Atalaia Grande, Morro do Francês e Santo Antonio".

Darwin, analisando a constituição geológica da ilha escreveu no seu "Diário de Viagem":

"A ilha é de constituição vulcânica, não, porém, de data recente. Ao olhar uma dessas massas isoladas, tem-se a princípio a impressão de que ela teria sido propelida bruscamente para cima num estado semi-fluido".

Gastão Penalva nos diz:

"Em outras éras crepitaram vulcões em Fernando de Noronha, iluminando os fogachos altos e rubros como plumagens de guerreiros toda a extensão da terra arredrontada, alagando de lavas corrosivas as baixadas vizinhas, estrondando nos ares as formidáveis raivas de Vulcano, o deus ferreiro, que lá ficava nas entranhas da terra, em forjas incandescentes, a forjar e a imprecar, enquanto um docel de negro fumo cobria tudo, asfixiava tudo, para que as estrelas do céu não escutassem os vagidos terrenos, nesses famosos partos prehistóricos".

Os picos mais elevados acham-se fundamente eródidos pelas chuvas e ventos fortes de sueste. As vagas atlânticas, violentas, auxiliadas pelo vento aliseo, encontrando um solo frágil, corroem a ilha fortemente, abrindo grandes buracos e grutas. A mais importante destas é a chamada Portão Grande, onde as vagas penetrando e comprimindo o ar que lá se acha, provoca estrondos muito fortes; no "funil", a onda faz a água jorrar violentamente em esguicho, por um furo que já abriu na parte superior da gruta; toda a ilha estremece ao embate da onda, como se fora um tremor de terra.

O arquipélago acha-se na zona do aliseo de sueste, o que lhe proporciona um clima ameno e saudavel. A temperatura média é de

cerca de 25° centígrados. Verdadeiramente, só há duas estações: o verão, sem chuvas, amenizado pela viração constante, e o inverno, de Março a Agosto, com chuvas torrenciais.

O solo da ilha, devido a sua constituição fostatada, é fertilíssimo, principalmente no planalto chamado Sambaquixaba. Aliás, a grande riqueza de Fernando de Noronha está nas suas jazidas de fosfato de cal e carbonato de cal, das quais já houve tentativas de exploração comercial.

Fernando de Noronha dispõe apenas de dois pontos de desembarque: o porto de Santo Antonio e a Praia do Cachorro. Um e outro são usados, porem, em épocas diferentes do ano, em função do forte vento e das correntes marítimas. Até há pouco o desembarque ali era difficilimo, por meio de cadeirinha em cabo de aço lançado ao navio, que ancorava a 400 ou 500 metros da praia, ou em jangadas de palanque.

Em linhas gerais são estas as características principais desse importante arquipélago.

FENÔMENOS LOCAIS

Observa-se no mar junto a FERNANDO DE NORONHA, um notavel fenômeno de fosforescência, que Darwin, no seu "Diário de Viagem" nos relata pormenorissadamente, assim:

"Próximo a Fernando de Noronha o mar produzia labaredas de luz. A aparência assemelhava-se à que se poderia esperar quando um grande peixe se movesse rapidamente no seio de um fluido luminoso: os marinheiros atribuíam a um peixe o efeito observado. Na ocasião, porem, pus em dúvida o argumento, levando em consideração a frequência e rapidez das línguas de fogo. Já fiz notar que o fenômeno é muitissimo mais comum nos países quentes do que nos frios, e, imaginei por vezes que o desequilíbrio elétrico da atmosfera pudesse mostrar-se mais favoravel à sua produção. Certamente acho que a maior luminosidade do mar se observa depois de

alguns dias de tempo mais calmo e melhor do que de costume, durante o qual os vários animais tivessem pulado na água. Considerando que se acha impura a água carregada de partículas gelatinosas e que a luminosidade, em todos os casos ordinários se produz pela agitação do fluido em contacto com a atmosfera, senti-me inclinado a crer que a fosforescência seja a resultante da decomposição dessas partículas, em cujo processo (quase se é tentado a dizer que seja uma espécie de respiração), o oceano se purifica”.

A TRANSFORMAÇÃO RADICAL OPERADA PELO ESTADO NOVO

Pois esse Presídio, que era o terror e o espanto dos que não temiam a Lei, sofreu radical transformação no Estado Novo.

Entregue à competência do Cel. Nestor Verissimo, em pouco espaço de tempo modificou ele o ambiente, os costumes, os hábitos, arraigados, a disciplina, os recursos, etc., enfim, tudo o que diz respeito a Fernando de Noronha.

A ilha de Fernando de Noronha ficou isenta do perigo das terribes secas, com a abertura de cinco poços artesianos, que fornecem água abundante e boa. Foi melhorada e ampliada a quilometragem das estradas da ilha. Foi importado gado de raça, bovino, caprino, suíno, e ovino. Povoou-se a ilha com aves e pássaros vindos do continente; intensificou-se a plantação de árvores, ao mesmo tempo que se impedia o corte de madeiras; obteve a cessão de um navio para o serviço do presídio, bem como auto-caminhões de carga para substituir o esforço muscular dos presidiários. Renovou-se o estaleiro e reformaram-se toda as embarcações de alto mar e jangadas do presídio. Organizou-se a exploração sistemática do sal, da esponja, etc., e procurou-se organizar a indústria da pesca.

O próprio nome de Fernão de Noronha, que nada fez pela ilha, o tempo se encarregou de mudar para Fernando de Noronha!

PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA

O projeto grandioso do Presídio, em plena execução em princípio de 1941, quando o visitamos, estava bem adiantado.

Quem leu ou ouviu falar do horror que era o Presídio de Fernando de Noronha, e chegou a ter conhecimento do que fez ali o Estado Novo, teve sobradas razões para aplaudir o Governo Federal, por ter transformado Fernando de Noronha em uma penitenciária agrícola.

NOVO DESTINO

Não era porem possível relegar por mais tempo a esta função secundária uma posição estratégica como a de Fernando de Noronha. O furacão da guerra que assola o mundo encarregou-se de forçar o Brasil a dar ao arquipélago Fernando de Noronha o papel prestigioso que teve de fortificação de 1.^a classe até meados do século XIX.

A partir do começo de 1941, o Governo Federal, zeloso de sua responsabilidade pela segurança nacional, enviava ao arquipélago uma comissão militar de estudos, visando esse objetivo. Pouco depois, os presidiários políticos eram removidos, dando-se-lhe de novo o valor militar enorme que nunca deveria ter perdido.

Que Fernando de Noronha cumpra gloriosamente sua missão, se algum dia for preciso, é o que de coração desejamos.

